



Expediente:

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA

PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO

1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS

2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA

3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO

4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO

1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA

2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO

3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS

1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA

2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO

JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA

JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS

CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA

MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA

SUPLENTE

AGUIFAILDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO

ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM

JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS

JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR

DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1500/2023 SAPÉ, 04 DE SETEMBRO DE 2023.

Abre CRÉDITO ESPECIAL para o fim que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.399.074,66 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil, setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), destinados a ocorrer com as despesas abaixo descritas e classificadas, com recursos de transferências especiais do governo federal.

Art. 2º - As despesas constantes do caput do artigo anterior serão contabilizadas obedecendo a seguinte classificação programática:

20.600 – SEC. EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO - SEDCET

12.365.3004.1025 – CONSTRUIR/AMPLIAR/REFORMAR UND DE ENS INFANTIL E C

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706..... R\$ 389.074,66

20.700 – SEC. DE AGRICULTURA E PESCA - SEAP

23.451.3001.1036 – REFORMAR/REVITALIZAR AREA DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706.....R\$ 160.000,00

20.800 – SEC. DE MEIO AMBIENTE E INFRA ESTRUTURA - SEMAIE

15.451.3003.1040 – CONSTRUIR/REFORMAR PRAÇAS E REVITALIZAÇÃO DE CALÇA

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706.....R\$ 900.000,00

15.451.3003.1043 – PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO E ASFALTO E URBANIZ

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706.....R\$ 1 000.000,00

15.451.3003.1045 – URBANIZAÇÃO DA LINHA FERREA E CONSTRUÇÃO DE CICLOV

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706.....R\$ 810.000,00

15.451.3003.1158 – CONSTRUIR/REFORMAR/AMPLIAR AREA DE LAZER AMIS

44.90.51 – Obras e Instalações – Fonte 706..... R\$ 140.000,00

TOTAL.....R\$ 3.399.074,66

Art. 3º - Para cobertura das despesas de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo poderá anular parcial ou total, dotações do orçamento vigente, transpor de uma à outra dotação orçamentária, bem como utilizar recursos de outras fontes, conforme consta da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir desta data, retroagindo os seus efeitos jurídicos a 01 de março de 2023.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 04 de setembro de 2023.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:4FBAFBA0

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1501/2023 SAPÉ, 04 DE SETEMBRO DE 2023.

Autoriza o Município de Sapé a conciliar, transigir e celebrar acordos em processos administrativos ou judiciais nos quais figure como credor, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Orgânica do Município de Sapé, Estado da Paraíba, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Sapé fica autorizado a conciliar, transigir e celebrar acordos em processos administrativos ou judiciais nos quais figure como **credor**, nas condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. Ocorrendo o pagamento à vista (cota única), o débito será anistiado da seguinte forma:

– 100% (cem por cento) em relação aos juros e à multa para débitos acima de dez salários mínimos vigentes no momento da celebração do acordo;

– 90% (noventa por cento) em relação aos juros e à multa para débitos entre cinco e dez salários mínimos vigentes no momento da celebração do acordo;

– 80% (oitenta por cento) em relação aos juros e à multa para débitos entre três e cinco salários mínimos vigentes no momento da celebração do acordo;

– 70% (setenta por cento) em relação aos juros e à multa para débitos de até três salários mínimos vigentes no momento da celebração do acordo.

Art. 3º. Os débitos poderão ser parcelados e será concedida anistia nas seguintes condições:

– Até 06 (seis) parcelas, anistia de 50% (cinquenta por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Até 12 (doze) parcelas, anistia de 40% (quarenta por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Até 18 (dezoito) parcelas, anistia de 30% (trinta por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Até 24 (vinte e quatro) parcelas, anistia de 20% (vinte por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Até 30 (trinta) parcelas, anistia de 10% (vinte por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Até 36 (trinta e seis) parcelas, anistia de 5% (cinco por cento) em relação aos juros e à multa incidentes sobre o montante atualizado da dívida;

– Acima de 36 (trinta e seis) parcelas, não será concedida anistia de multa ou juros.

§1º. Em quaisquer das hipóteses, a parcela mínima deve corresponder a 15% do salário mínimo vigente no momento da celebração do acordo.

Art. 4º. Será obrigatoriamente exigida prestação de garantia para dívida ou conjunto de dívidas com valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 5º. Quando o devedor mantiver algum tipo de vínculo ativo com o município credor, o pagamento poderá ser efetuado por meio de desconto em folha, retenções contratuais, etc., desde que haja expressa autorização.

Art. 6º. O acordo preverá a confissão integral, irrevogável e incondicional da dívida.

Art. 7º. O termo de transação preverá a anuência das partes quanto à suspensão do processo até a extinção dos créditos, pelo pagamento, ou sua eventual rescisão.

§1º. Implicará em rescisão da transação:

– O descumprimento das condições, cláusulas ou compromissos assumidos;

– A constatação, pelo município credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor, ainda que realizado anteriormente à celebração do termo, como forma de fraudar o cumprimento do acordo;

– O não pagamento tempestivo de 02 (duas) parcelas consecutivas, 03 (três) alternadas, ou qualquer inadimplemento que perdure por mais de 90 (noventa) dias;

– A ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação;

– A comprovação de falsa declaração que ensejou a transação;

– A comprovação de existência de prevaricação, concussão ou corrupção passiva na sua celebração;

– A ocorrência de dolo, fraude, simulação, erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito; ou

– A inobservância de quaisquer disposições legais.

§2º. É admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão durante o prazo concedido para a impugnação, preservada a transação em todos os seus termos.

§3º. A rescisão da transação implicará no afastamento dos benefícios concedidos e no vencimento antecipado das dívidas, as quais poderão ser cobradas no próprio processo judicial ou administrativo em que o acordo foi celebrado, deduzidos os valores já pagos.

Art. 8º. Os honorários advocatícios caracterizam-se como verbas alimentares, de natureza irrenunciável, e serão fixados no percentual de 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor transigido.

Art. 9º. O devedor se responsabilizará pelo pagamento de eventuais custas judiciais.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 04 de setembro de 2023.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito de Sapé/PB

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:0066ECEC

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais
atos legais de interesse privado
das **peças físicas** ou jurídicas
de direito privado cuja
legislação de regência
determine a divulgação e a
publicidade agora tem um
novo espaço, mas ágil e
com menor custo.

saiba mais em:
www.diariomunicipal.com.br/famup
(61) 4063-6162